

Acervo arquivístico

Fundos Documentais Custodiados

Fundo Câmara Municipal de São Paulo

Primeira povoação a ser constituída no planalto de Piratininga, Santo André da Borda do Campo foi fundada por João Ramalho, possivelmente em 1550, a conselho do padre Leonardo Nunes. Tomé de Souza elevou-a à categoria de vila no dia 8 de abril de 1553, nomeando João Ramalho como seu alcaide e guarda-mor do campo. Apesar das divergências existentes sobre a sua exata localização, sabe-se que as casas aí construídas eram simples choupanas, cercadas de pau-a-pique, sendo que numa delas funciona-

*Ata da Câmara de Santo André
da Borda do Campo, datada de
22 de julho de 1555.*

*Foto de Daniel Malva Ribeiro e
Marina Marcondes Klafke.*



va a Câmara Municipal. Segundo Antônio Barreto do Amaral, nos princípios de 1560 a vila estava em decadência e não chegava a contar com trinta moradores brancos. Estes, aproveitando-se da estada de Mem de Sá em São Vicente, e temendo pela destruição da vila, pediram-lhe que fizesse a mercê de transferi-los para o aldeamento jesuítico de São Paulo de Piratininga. Concordando com o pedido, no dia 31 de março de 1560 o governador mandou extinguir a vila de Santo André. Ato contínuo, transferiu-se o pelourinho para defronte da casa dos Jesuítas em São Paulo e, reunidos os povos de Santo André junto aos moradores de São Paulo, a vila foi efetivamente instalada, época em que foi constituída a 1ª Câmara Municipal de São Paulo.

As Câmaras na história do Brasil e de Portugal

Conhecidas no Brasil Colônia como *Casas do Conselho*, *Senado da Câmara* e, por fim, como *Câmaras Municipais*, essas instituições político-administrativas adquiriram forma em Portugal durante a Idade Média. O seu funcionamento, bem como a sua atuação, composição e eleição, encontram-se regulamentadas nas Ordenações Afonsinas (1446) e, posteriormente, nas Manuelinas (1521) e nas Filipinas (1595). Entretanto, a origem das Câmaras é mais remota, podendo mesmo ser encontrada no legado deixado pela República Romana aos povos ibéricos através da *Lex Julia Municipalis* (Lei Municipal Júlia), editada por Júlio César em 40 a.C. Modificada posteriormente pelos invasores visigodos e árabes, toda a legislação pertinente foi transplantada para o Brasil a partir de 1532, quando então foi criado o primeiro município brasileiro: a vila de São Vicente, no litoral paulista. As antigas câmaras exerciam, simultaneamente, os poderes legislativo, executivo e judiciário, conforme pode ser visto através das Ordenações Filipinas, Título LXVI:

Dos Vereadores: Aos Vereadores pertence ter carrego [cargo] de todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo o que poderem saber, e entender, porque a terra e os moradores della possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem na terra malfeitorias, ou que não he guardada pela Justiça, como deve, requererão aos Juizes, que olhem por isso. E se o fazer não quizerem, façam-no saber ao Corregedor da Comarca, ou a Nós. (Ordenações Filipinas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985; Livro I, p.144 e 145)

A Câmara paulistana

Transferida a antiga Câmara de Santo André para São Paulo, bem como toda a documentação aí produzida, a primeira eleição de vereadores ocorreu de imediato. Naquela época, era costume realizar as eleições gerais a cada três anos quando então eram eleitos seis vereadores, três juizes e três procuradores do conselho. Mediante uma lista geral, a cada início de ano eram sorteados ou escolhidos dois vereadores, um juiz e um procurador que serviriam por um ano. Esgotada a lista, nova eleição era convocada.

Entretanto, a Câmara Municipal não era composta apenas por vereadores, juizes e procuradores, senão também pelo almotacé (fiscal), escrivão e porteiro, que auxiliavam na rotina administrativa. E esta era bem intensa desde os tempos mais remotos, uma vez que os chamados *oficiais da Câmara* zelavam, por exemplo, pelos muros que defendiam a vila dos ataques de índios; cuidavam das fontes e caminhos públicos; davam alinhamento às construções ao longo das ruas; contratavam e fiscalizavam as diversas obras públicas;

cuidavam da limpeza da cidade; fiscalizavam a qualidade, o peso e venda de alimentos bem como o de diversos outros gêneros e produtos; ordenavam e fiscalizavam os diversos ofícios ou profissões (padeiros, ferreiros, oleiros, dentre outros); juramentavam indivíduos para a polícia da terra, nomeavam carcereiros, cuidavam da cadeia, efetuavam prisões e arbitravam processos dos mais diversos como os de injúria; arrecadavam impostos, bem como cobravam as dívidas ativas; prestavam contas do dinheiro circulante; escrituravam os livros de receita e expedientes diversos; verificavam os bens do Conselho, dentre outras funções.

Sob o Império, com a promulgação do *Regimento das Câmaras Municipais* (Lei de 1º de outubro de 1828), essas instituições perdem a autonomia política de que gozavam no período colonial. A função judiciária é então transferida para a esfera provincial e as Câmaras passam a depender política e financeiramente do Conselho Geral da Presidência da Província e, a partir do Ato Adicional de 1834, da Assembléia Provincial. Em virtude do artigo 66 do *Regimento*, viu-se a edilidade paulistana às voltas com diversas questões públicas, algumas das quais durante muito tempo não enfrentadas por falta de recursos materiais, entre elas, por exemplo, a criação de um cemitério municipal.

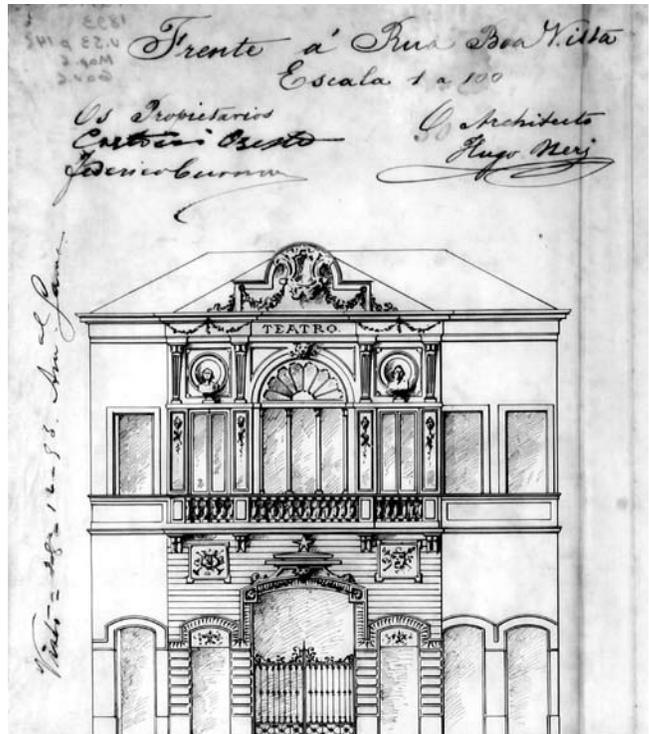
Como resultado da Proclamação da República, as Câmaras acabam suspensas em 1890 e substituídas pelos Conselhos de Intendência Municipal. A Lei estadual nº. 16, de 13 de novembro de 1891, reorganiza os municípios do Estado de São Paulo, e dá início a uma nova etapa, em que outros modelos administrativos começam a ser testados. Após a breve, e confusa fase das Intendências, é criado o poder executivo municipal, tomando posse em 1899 o primeiro prefeito da capital paulista, Antônio da Silva Prado (1899-1911).

A documentação

Desde sua criação, e em decorrência das funções que exerceu, a municipalidade paulistana produziu uma imensa documentação que, atualmente, se encontra sob a guarda direta da Seção Técnica de Manuscritos do Arquivo Histórico Municipal. Essa documentação inclui as Atas da Câmara Municipal de Santo André.

Servindo a pesquisadores especializados ou não, bem como ao público em geral, estes documentos constituem hoje fontes privilegiadas para a reconstituição da história da cidade em seus múltiplos aspectos, além de servir como prova legal em demandas diversas.

Fachada de teatro a ser construído
na Rua Boa Vista, esquina da
Ladeira Porto Geral, 1893.
Fundo: Intendências Municipais.
Série: Obras Particulares.
Foto de Michael Robert Alves de Lima.



À documentação do Fundo Câmara Municipal de São Paulo foi dado um tratamento arquivístico, e disso resultou um primeiro plano de classificação, conforme se vê abaixo:

Grupos:

- Almotaçaria
- Cemitérios
- Conselho de Vereadores
- Fiscalização
- Instrução Pública
- Justiça
- Obras e Urbanismo
- Procuradoria
- Secretaria.

Nesse plano de classificação foram identificados os subgrupos e suas respectivas séries e subséries documentais, consistindo no instrumento de pesquisa para a localização dos conjuntos documentais avulsos da Câmara.

Datas-limite: 1641 - 1898 (com falhas)

Total: 47 caixas e 2.933 volumes

O Arquivo recolheu da Câmara Municipal a documentação referente ao conjunto de Notas Taquigráficas, que estão ordenadas de acordo com os quatro tipos de Sessões: ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

Datas-limite: 1967 - 1986

Total: 397 caixas

O Arquivo recebeu também, para sua guarda, uma cópia do processo da CPI da Câmara sobre as ossadas do Cemitério Dom Bosco, em Perus, em um total de 19 pastas A/Z.

Datas-limite: 1990 - 1991

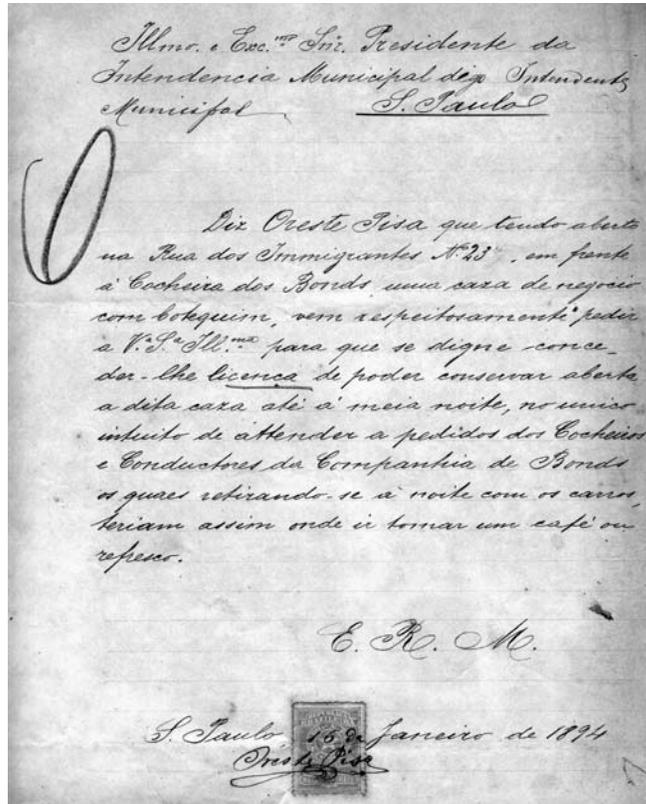
Fundo Intendências
Municipais

Dois meses após a Proclamação da República, mais precisamente no dia 13 de janeiro de 1890, foi dissolvida a Câmara Municipal paulistana. O ato (Decreto nº. 13, de 15/1/1890) assinado pelo então presidente do Estado Prudente José de Moraes Barros determinou a substituição da antiga administração (composta por 13 vereadores) por um *Conselho de Intendência* com nove membros nomeados pelo presidente. Apesar da nova denominação e da diminuição de seus membros, as funções administrativas do *Conselho* em muito se assemelhavam ao antigo sistema. E esta situação permaneceria, não obstante a nomeação de um novo *Conselho* a 17/12/1891, até 30 de agosto de 1892, quando então foi promovida uma nova eleição para o legislativo

Requerimento solicitando
funcionamento de botequim
até a meia-noite, 1894.

Fundo: Intendências Municipais.
Grupo: Política Administrativa
e Higiene.

Série: Alvará Licença –
Licença Especial.
Acervo AHM.



paulistano, voltando agora à sua antiga denominação de Câmara Municipal e os representantes como vereadores.

As modificações operadas neste curto período (1890 a 1892) refletiam na esfera municipal a instabilidade verificada nos governos federal e estadual, que ainda estavam em busca de um modelo político-administrativo que substituísse a organização herdada do período imperial. E dentre as alterações de maior vulto estava, certamente, a criação de um poder executivo mais consistente.

A transição demoraria ainda alguns anos e seria completada apenas no dia 7 de janeiro de 1899 quando, então, foi dada posse a Antônio da Silva Prado, o primeiro prefeito de São Paulo.

O período chamado das *Intendências Municipais* foi efetivamente instalado em São Paulo no dia 29 de setembro de 1892, por meio da Lei Municipal nº. 1. A administração foi dividida em quatro Intendências assim denominadas: de *Justiça e Polícia*, de *Higiene e Saúde Pública*, de *Obras Municipais* e de *Finanças*. Cada uma dessas Intendências ficava sob a direção de um Intendente escolhido dentre os vereadores. Cada Intendente organizava a sua secretaria para a execução dos trabalhos, com verbas destinadas e limitadas pela Câmara. Essas Intendências foram, reconhecidamente, o braço executivo do Legislativo e embrião do cargo de Prefeito que, mais tarde, seria criado.

Não obstante essa primeira organização, as experiências continuaram. Através da Lei nº. 21, de 22 de fevereiro de 1893, apenas cinco meses após sua criação, todas as Intendências foram extintas; para substituí-las foi criada apenas uma, esta com a responsabilidade de *executar* as leis municipais; o Tesouro, por sua vez, voltava para as mãos do presidente da Câmara.

Apesar de ainda subordinada à Intendência Geral, em 1894 (Ato nº. 9, de 30/4/1894) foi regulamentada a atuação de uma *Secretaria de Obras Municipais*.

Poucos meses depois, com a edição da Lei nº. 121, de 6 de dezembro de 1894, uma alteração de maior monta ocorreria. O poder executivo municipal seria exercido pelo Presi-

dente da Câmara (responsável também pelas Finanças) e por dois Intendentes: o de *Justiça e Polícia* e o de *Obras*.

A Lei nº. 203, de 27 de fevereiro de 1896 promoveria outra alteração: o poder executivo seria exercido por quatro Intendentes: o de *Polícia e Higiene*, o de *Justiça*, o de *Obras* e o de *Finanças*. Nesse mesmo ano, através da Lei nº. 212, de 13 de março de 1896, foi criada uma *Caixa Econômica Municipal*, subordinada à Intendência de Finanças.

Com relação aos critérios estabelecidos para a organização dos *Documentos Avulsos* produzidos pelas diversas Intendências, foram constituídos seis *grupos*, assim classificados:

Grupo: Gabinete

Séries: Correspondência, Instrução Pública e Nomeação.

Datas-limite: 1891 - 1898

Total: 1 caixa

Grupo: Finanças

Séries: Administração de Pessoal, Aforamento, Caução, Correspondência, Impostos, Intimação e Multa, Orçamentos, Pareceres, Petição, Receita e Despesa e Relatório de Fiscais.

Datas-limite: 1891 - 1898

Total: 2 caixas

Grupo: Obras

Série: Administração de Pessoal, Certidão, Concessão de Privilégios, Contrato, Correspondência, Legislação, Obras Particulares, Obras Públicas, Orçamentos, Pareceres, Petição e Relatório de Fiscais.

Datas-limite: 1891 - 1898

Total: 2 caixas

Grupo: Justiça

Datas-limite: 1895 - 1896

Total: 1 caixa

Grupo: Instrução Pública

Datas-limite: 1893 - 1898

Total: 1 caixa

Grupo: Polícia e Higiene

Datas-limite: 1892 - 1898

Total: 1 caixa

Com a organização do Poder Executivo Municipal sob a direção de um Prefeito (Lei nº. 374, de 19/12/1898), as antigas Intendências foram transformadas em Seções: Justiça, Polícia e Higiene, Obras e Finanças, todas elas subordinadas ao Prefeito. Note-se que, naquela época, o cargo executivo municipal era exercido por um vereador eleito por seus pares, e somente a partir de 1916 é que o Prefeito passaria a ser eleito através de votação popular.

Antônio da Silva Prado, o primeiro prefeito paulistano, foi escolhido no dia 7 de janeiro de 1899 e, reeleito sucessivamente, governou até os primeiros dias de 1911. Sob a sua chefia, a administração pública começou a encontrar sua efetiva fisionomia burocrática, com regras de funcionamento e normas próprias para o recrutamento de quadros. Com o crescimento da cidade, no governo de Raimundo da Silva Duprat (16/1/1911 – 14/1/1914), a Prefeitura recebeu uma organização compatível com a importância dos serviços prestados, passando o Prefeito a contar com colaboradores diretos para administrar a cidade, conforme o Ato nº. 573, de 16 de abril de 1913.

No plano administrativo, no período da República Velha, foram ampliados os serviços, chegando a haver sobreposição de funções em áreas como saúde, higiene e limpeza pública. As diferentes Diretorias foram recebendo novas repartições com maior controle e ingerência no cotidiano da cidade.

A partir de 1935, promoveu-se uma completa modificação na estrutura do executivo paulistano. Foram criados Departamentos (futuras Secretarias), numa tentativa de racionalizar as tarefas administrativas.

A legislação dos primeiros anos foi constantemente modificada, procurando dotar a cidade de serviços compatíveis com sua evolução e importância. Assim, o conjunto documental avulso do Fundo Prefeitura Municipal, Grupo Dire-

toria de Obras e Viação, Série Obras Particulares, referente 1906 a 1921, já está organizado e à disposição do público. Os demais Grupos estão em fase de identificação.

Grupo: Gabinete do Prefeito

Série: Leis

Datas-limite: 1906 - 1921

Total: 83 caixas

Subgrupo: Assessoria de imprensa / Rádio Escuta

Em fase de organização.

Datas-limite: 1996 - 2005

Total: 147 caixas

Grupo: Diretoria de Obras e Viação

Série: Obras Particulares – ordenada em ordem cronológica e alfabética pela denominação do logradouro.

Datas-limite: 1906 - 1921

Total: 912 caixas

Séries: Obras Públicas

Datas-limite: 1906 - 1921

Em fase de organização.

Total: 50 caixas

Outras Séries: Concessão de Privilégios, Receita e Despesas, Auto de Embargo, Alvarás e Licenças, Ofícios Municipais, Emplacamento, Auto de Multa, Correspondência, Vistorias e Administração de Pessoal.

Em fase de organização.

Total: 116 caixas

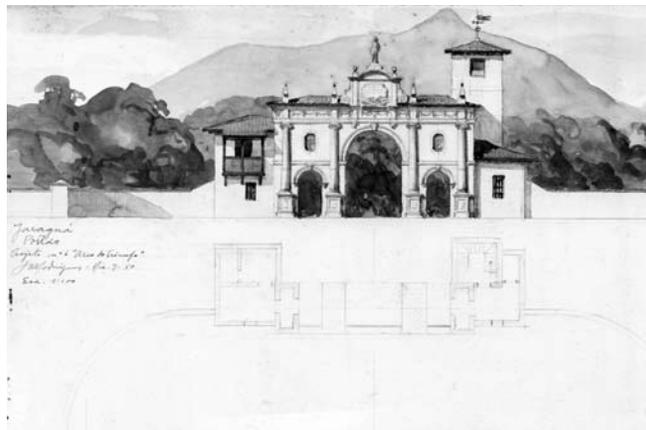
Proposta da autoria de José Wash Rodrigues para o Parque do Jaraguá, 1950.

Fundo: PMSP.

Grupo: DEPAVE.

Série: Obras Públicas – Parques – Praças – Largos – Jardins – Parque do Jaraguá.

Acervo AHM.



Grupo: Tesouro Municipal

Séries: Receita e Despesa, Redução de Imposto, Restituição de Imposto, Transferência de Imposto, Cancelamento de Imposto, Lançamento de Imposto, Isenção de Imposto e Prestação de Contas.

Datas-limite: 1906 - 1921

Em fase de organização.

Total: 320 caixas

Grupo: Procuradoria Fiscal

Séries: Aforamento de terrenos, Patrimônio Imóvel Municipal, Desapropriação de Imóveis e Relevação de Multa.

Datas-limite: 1913 - 1919

Em fase de organização.

Total: 43 caixas

Grupo: Polícia Administrativa e Higiene – 1906 a 1921

Séries: Intimação e Multa, Administração de Mercados, Administração de Cemitérios, Administração de Matadouros, Alvará Licença, Fiscalização, Contratos e Certidões, Instrução Pública e Vistorias.

Datas-limite: 1906 - 1921

Em fase de organização.

Total: 605 caixas

Grupo: Diretoria do Expediente e Assentamento de Empregados

Séries: Administração de Pessoal, Denominação de Logradouros Públicos, Correspondência, Portarias e Posturas e Despesas.

Datas-limite: 1913 - 1919

Em fase de organização.

Total: 44 caixas

Grupo: Diretoria de Protocolo e Arquivo

Em fase de organização.

Total: 1 caixa

Grupo: Diretoria de Patrimônio, Estatística e Arquivo

Em fase de organização.

Total: 48 caixas

Grupo: Diretoria de Limpeza Pública

Em fase de organização.

Total: 24 caixas

Grupo: Diretoria Geral

Em fase de organização.

Total: 29 caixas

Grupo: Departamento de Cultura

Subgrupo: Gabinete

Divisão de Pessoal

Divisão de Biblioteca

Divisão de Educação e Recreio

Divisão de Expansão Cultural

Divisão de Recreação

Divisão de Documentação Histórica e Social

Divisão de Divertimentos Públicos

Data: 1935

Total: 13 caixas

Datas-limite: 1936 - 1938

1939 a 1951 (esparços)

Em fase de organização

Total: 1.260 processos

Subgrupo: Divisão de Estatística e Documentação Social

Séries: Instrumentos e metodologia de pesquisa; Pesquisa padrão de vida Lowrie; Pesquisa padrão de vida com motoristas, operários, contínuos e serventes da Prefeitura de São Paulo; Pesquisa padrão de vida Araújo; Pesquisa padrão de vida Pagano; Ponderações; Índice do custo de vida; Relatórios; Correspondência e Publicações.

Total: 173 caixas e 6 pastas

Grupo: Secretaria Municipal de Cultura

Em fase de organização.

Subgrupo: Gabinete

Documentos referentes a projetos especiais da Secretaria

Datas-limite: 1989 - 1992

Total: 18 caixas

Subgrupo: Projeto Cultura na Cidade

Documentos referentes aos projetos desenvolvidos entre os anos 1980 - 1989.

Datas-limite: 1980 - 1989

Total: 389 caixas

Subgrupo: Assafro

Documentos referentes à Assessoria Afro, ligada ao Gabinete do Secretário.

Datas-limite: 1989 - 1990

Total: 21 caixas

Grupo: Diretoria do Expediente e Assentamento de Empregados

Série: Atos

Datas-limite: 1906 - 1921

Total: 45 caixas

Série: Resoluções

Datas-limite: 1911 - 1921

Total: 13 caixas

Série: Portarias

Datas-limite: 1908 - 1914

Total: 25 caixas

Subgrupo: Departamento de Teatros

Conjuntos documentais referentes às atividades dos teatros distritais ou de bairros do município de São Paulo.

Datas-limite: 1949 - 1988

Total: 59 caixas

Através da Portaria nº. 20, de 29 de julho de 1948, o Prefeito Paulo Lauro nomeou Fábio da Silva Prado, Armando de Arruda Pereira, Lineu Prestes, Nicolau Tuma, entre outros, para constituírem a comissão organizadora dos festejos relativos aos 400 anos da cidade de São Paulo, que seriam comemorados em 1954. Várias e substanciais mudanças ocorreram desde então, alterando a constituição da referida comissão e, até mesmo, seu próprio nome. Apenas em 1951, com o então Prefeito Armando de Arruda Pereira, é que os trabalhos realmente começaram, época em que foi promulgada a Lei nº. 4.166, de 29 de dezembro de 1951, esta regulamentada pelo Decreto nº. 1.592, de 18 de janeiro de 1952. A comissão era composta por sete membros. A lei que criou a autarquia estabelecia que a comissão deveria cessar suas atividades 180 dias após o encerramento oficial, em 25 de janeiro de 1955, depois da prestação de contas e conseqüente aprovação pelo órgão competente. Porém, de fato, isto não ocorreu.

A comissão produziu cerca de 7.300 processos, cumprindo suas atribuições de planejamento e execução dos festejos. Além desses processos, houve a elaboração de um cadastro de profissionais, entre funcionários e outros, para prestarem serviços, constituído de cerca de 2.900 prontuários.

Os documentos produzidos pela comissão foram organizados segundo um plano de classificação que contempla Grupos, Séries e Subséries, além de um inventário que discrimina os principais dados de cada um dos processos. Estes dois instrumentos servem para a consulta dos conjuntos documentais.

Datas-limite: 1951 - 1967

Total: 398 caixas

Fundo Comissão do
IV Centenário da
Cidade de São Paulo

*Cartaz da abertura das inscrições para locação de área na Marquise da Exposição do IV Centenário e 1ª Feira Internacional da Cidade de São Paulo – 1954.
Fundo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
Acervo AHM.*

para bem servir milhões de visitantes

ABERTURA DAS INSCRIÇÕES
para locação de área na "Marquise" da

Exposição do IV Centenário e
I Feira Internacional da Cidade
de São Paulo - 1954

lojas

restaurante

bares

agências de turismo
e bancárias

serviços públicos

livrarias

Alargamos o ponto máximo do plano do Parque Ibirapuera. Destacamos entre muitas construções, a gigantesca "marquise" com 650 m de comprimento e 28.000 m² de área. Uma parte dessa região, compreendendo 3.800 m², foi reservada para a instalação de estabelecimentos comerciais e serviços públicos. A "marquise" é um parque "marquise" para os visitantes. Localizem-se durante um período de 9 meses, milhões de pessoas deverão afluir ao local. A última feira realizada em Milão, Itália, em apenas 10 dias, recebeu 4.200.000 visitantes. Contribuam, pois, o Governo de São Paulo para participar de grande certame, além de aproveitar o seu terreno e área.

No Parque Ibirapuera mais as seguintes atrações:
Parque de Diversões cobrindo área de 48.200 m²; Museu de Arte, Planetário;
Lago com fontes a motor; Fonte luminosa etc.

COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO

Rua 24 de Maio, 550 - 8.º Andar

ESTAMOS À SUA ESPERA

© BRASIL FESTIVARÁ COM SÃO PAULO QUATRO SÉCULOS DE VIDA, TRABALHO E PROGRESSO SOCIAL

Parque do Ibirapuera

Processos de Implantação do Parque do Ibirapuera, incorporados ao acervo do Arquivo Histórico Municipal, após terem sido utilizados para desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre o parque desenvolvido pela equipe do Arquivo em 2003/2004.

Destes processos constam: Edificações Particulares, Legislação, Obras públicas como parques e arruamento, correspondências, administração de pessoal entre outras séries.

Datas-limite: 1922 - 1945

Total: 36 processos em 14 caixas

De 1554 (ano em que a cidade foi fundada) até 1858, a prática funerária na cidade de São Paulo seguiu o velho costume português, ou seja, os sepultamentos (inumações) eram realizados no interior ou nos adros dos templos católicos (igrejas ou capelas). Para os escravos não pertencentes a irmandades, para os condenados pela justiça e mesmo para a população mais pobre que não possuía recursos para fazer frente às taxas cobradas, restava o Cemitério dos Aflitos, criado por volta de 1775; este localizado no atual bairro da Liberdade e também administrado pela Igreja.

A questão dos sepultamentos era algo bastante delicado; era uma função da igreja católica e envolvia, entre outros aspectos, arraigadas crenças populares. Não bastaram, portanto, as recomendações vindas de Lisboa, já a partir dos primeiros anos do século XIX, para que a municipalidade construísse um grande cemitério público afastado do centro da cidade, ou mesmo a clara obrigatoriedade contida na Lei de 1º de outubro de 1828 (*Regimento das Câmaras Municipais*). Assim, somente décadas mais tarde é que este projeto foi assumido pela Câmara paulistana, e isso numa conjuntura em que os sepultamentos religiosos passaram a ser considerados por médicos e higienistas como altamente prejudiciais à salubridade pública.

E como a medicina daquela época aconselhava a edificação de cemitérios a uma certa distância da cidade, vários locais foram sugeridos; entre eles, estava o quintal do Convento da Luz, na atual Avenida Tiradentes, e o Campo Redondo, atual Praça Princesa Isabel, nos Campos Elísios. O engenheiro da Câmara, Dr. Carlos Rath, entretanto, analisando a situação, decidiu pelos terrenos secos localizados no alto da Consolação, que tinham a vantagem de estar posicionados na direção contrária aos ventos dominantes que sopravam em direção ao núcleo urbano.

Tomada esta decisão, a Câmara Municipal adquire toda aquela área e inicia a construção do cemitério em 1855. Após alguns percalços, ele seria aberto em agosto de 1858 (ainda não totalmente concluído) por força de uma epidemia de varíola que assolou a cidade.

A princípio, a administração do cemitério estava restrita aos vereadores, sendo que somente o transporte dos corpos era executado por empresas particulares. Assim, cabia à municipalidade a nomeação de administradores e coveiros, a fiscalização de todos os serviços, bem como a escrituração dos *Registros de Sepultamentos* (Inumação), das cobranças de diversas taxas (Arrecadação) e das concessões de terrenos para sepulturas (Adjudicação). Com a criação do cargo de prefeito, em 1898, o serviço de fiscalização dos cemitérios do Araçá, Brás e Consolação passou a ser executado pela Seção de Cemitérios (Ato n.º 1.146, de 4 de julho de 1936). Somente em 1968 os cemitérios públicos foram incorporados ao recém-criado Serviço Funerário Municipal.

A documentação recolhida ao Arquivo Histórico Municipal remonta a 1858, ano da abertura do primeiro cemitério

Aspecto do livro n.º 53 do Cemitério Municipal do Brás (4ª. Parada), 1916, consolidado com o apoio da Caixa Econômica Federal, em 2005.
Fundo: PMSP.
Grupo: Serviço Funerário.
Série: Inumação.
Foto de Daniel Malva Ribeiro e Marina Marcondes Klafke.



paulistano, e vai até 1977, com falhas. Ela toda está encadernada em um total de 613 livros, correspondentes a 17 cemitérios municipais.

Em razão da extrema fragilidade desses livros, é vedado o acesso ao usuário, sendo as pesquisas realizadas por técnicos do Arquivo.

Grupo: Departamento de Cemitérios

Séries: Inumação, Arrecadação e Adjudicação.

Datas-limite: 1858 - 1977

Total: 613 volumes

Fundo Instituto de
Previdência Municipal

Instituído pela Lei nº. 1.236, de 11 de setembro de 1909, na gestão do Prefeito Antônio da Silva Prado, chamava-se, então, *Montepio Municipal*, destinado a “prover a subsistência e a amparar o futuro das famílias dos empregados públicos municipais, quando estes falecerem.”

O Instituto provê pensão aos beneficiários de seus segurados e põe a aquisição da casa própria e empréstimos pessoais ao alcance dos milhares de servidores municipais.

Pela Lei nº. 9.157, de 1º de dezembro de 1980, passou a ter seu nome atual. Os documentos do IPREM constantes do acervo do Arquivo são recolhidos por meio da aplicação de sua Tabela de Temporalidade. Integram esta documentação certidões, programas habitacionais, processos, folhas de pagamento, legislação, estatutos, organogramas, atas, pensões, carteira predial, projetos, entre outros.

Datas-limite: 1909 - 1971

Total: 36 caixas e 132 volumes

Transferido para a Divisão do Arquivo Histórico Municipal em 1976, contém documentos encadernados e avulsos produzidos pela Câmara Municipal do então Município de Santo Amaro, cobrindo o período de 1832 a 1935. Em 10 de julho de 1832, um decreto regencial elevou à condição de vila a freguesia de Santo Amaro. Localidade que deixou de ser município em 1935, por ato do interventor federal dr. Armando de Sales Oliveira, em razão do novo plano geral de urbanismo da cidade de São Paulo, sendo então anexada ao Município de São Paulo como subprefeitura.

Fundo Santo Amaro

Documentação avulsa

Em fase de organização.

Datas-limite: 1824 - 1956

Total: 69 caixas e 692 volumes

Fundos Particulares

Constitui uma das funções do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís o recolhimento de documentos provenientes de fundos particulares, desde que eles possuam estreita relação com a história da cidade. Ao longo de sua existência, o Arquivo incorporou alguns fundos particulares de grande importância e que hoje também estão à disposição dos pesquisadores e do público em geral. Esses fundos encontram-se assim denominados:

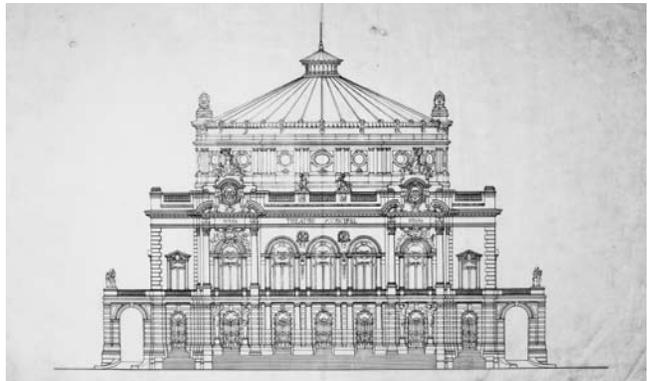
- Escritório Caio da Silva Prado
- Visconde de Castro
- Antonio Maria de Albuquerque O'Connell
- Família Ribeiro Celidônio
- Leopoldo Sidow
- Carlos A. Gomes Cardim
- Telar
- Darcleé Arena Daumas
- Manoel L. de Oliveira (Partido Republicano Paulista)
- Hugo Schlesinger
- Siqueira Franco
- Severo e Villares S/A
- Ana Maria Ruffin Godoy
- João Brito da Silveira Lema
- Família Teixeira Mendes
- José Carlos de Macedo Soares
- Família Edgard de Barros
- Armando Prado
- Mário Reimberg Christe

Total: 49 caixas

*Desenho do frontispício do Teatro Municipal, executado em 1935.
Fundo Particular: Severo & Villares S/A.*

Série: Obras Públicas – Teatro Municipal.

Foto de Daniel Malva Ribeiro e Marina Marcondes Klafke.



Documentação relativa a ofícios expedidos e recebidos pela municipalidade para as companhias prestadoras de serviços.

Datas-limite: 1935 - 1967

Total: 538 volumes

Fundo Light

Cia. Telefônica

Cia de Gás

Dir. Serviço de Trânsito

Documentação Encadernada

Vários conjuntos documentais custodiados pelo Arquivo encontram-se sob a forma de volumes encadernados. Destes, destacam-se aqueles pertencentes aos Fundos Câmara Municipal de São Paulo, Intendências Municipais e Prefeitura Municipal de São Paulo relativos ao período de 1555-1906. Por essa razão, as diversas funções e atividades dessas instituições encontram-se dispersas, o que dificulta a classificação e ordenação arquivística. Entretanto, é possível identificar algumas coleções como: os livros das *Atas da Câmara*, os de *Receitas e Despesas*, os de *Obras Particulares*, os chamados *Papéis Avulsos*, os livros de *Papéis Eleitorais* e os de *Processos*.

Existem ainda coleções de volumes do *Fundo IV Centenário* (de 1952 a 1959), do *Fundo Subprefeitura de Santo Amaro* (1833 a 1954, com falhas), da *Coleção Light*, da *Companhia de Gás* e da *Companhia Telefônica* (de 1930 a 1967, com falhas). Entre os Fundos Particulares, deve-se mencionar o *Manoel Lopes de Oliveira* (1866 a 1912), que inclui a coleção do Partido Republicano Paulista.

Todos esses volumes, à exceção da coleção *Papéis Avulsos*, estão relacionados em uma tabela que descreve o conteúdo básico de cada livro. Além disso, o catálogo publicado na RAM nº. 191 facilita a pesquisa por unidades de assuntos, a saber:

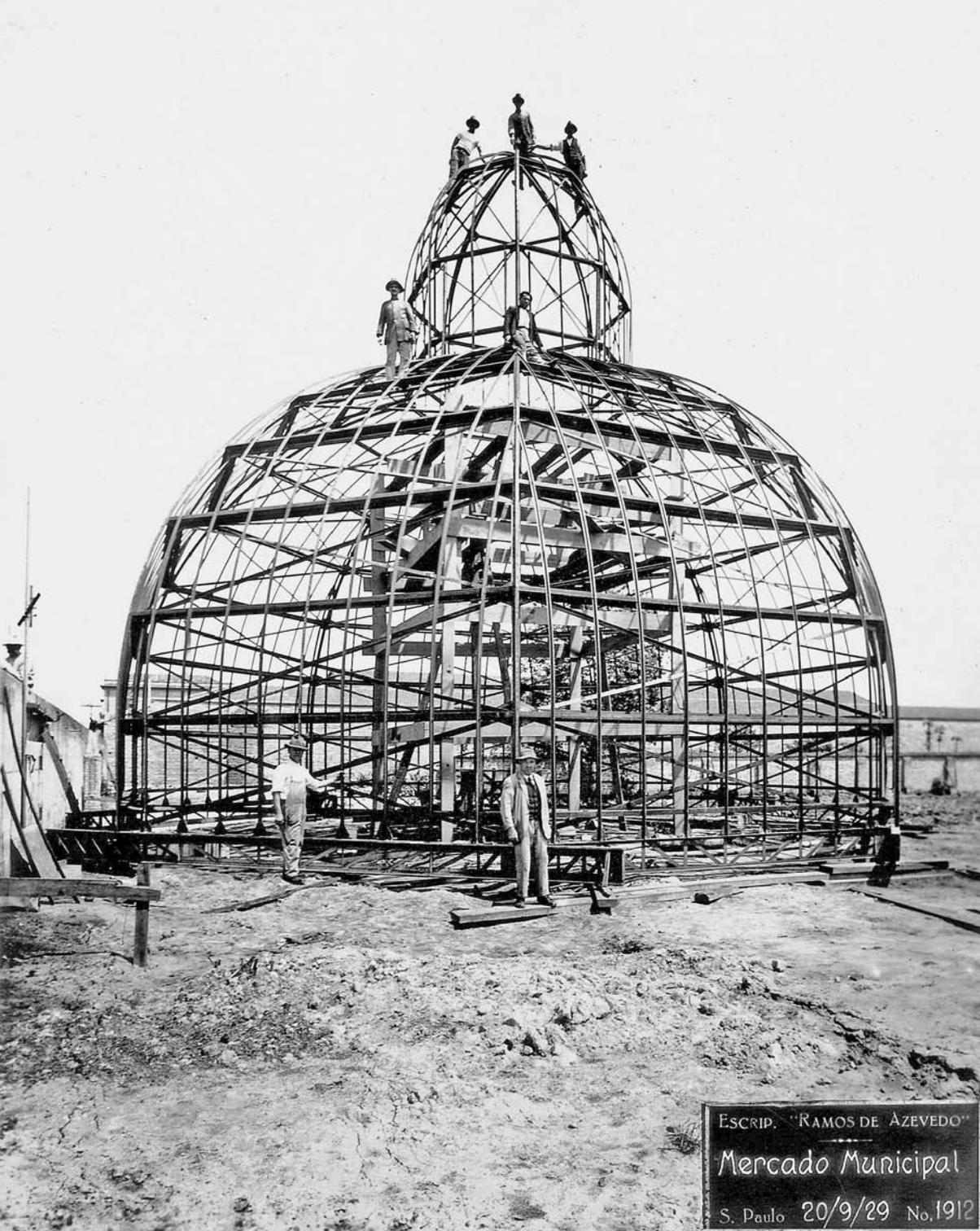
Cargos Públicos, Cemitérios, Comércio e Indústria, Demografia, Ensino, Fazenda, Imprensa, Justiça, Legislação, Matadouro, Obras Particulares, Obras Públicas, Política, Registros Gerais, Saúde, Segurança, Terras, Transportes e Vereança.

A Seção Técnica de Manuscritos também guarda um conjunto de fotografias integrantes dos diversos fundos documentais. Esta coleção soma aproximadamente 5.000 imagens, entre positivos e negativos, que documentam obras públicas e eventos municipais diversos dentro do principal fundo: PMSP. Inclui também imagens dos vários fundos particulares, que retratam a vida pública e privada de seus titulares.

A coleção está sendo tratada através da digitalização e catalogação das imagens para agilização do acesso público.
Datas-limite: 1890 - 1970.

Coleção de Fotografias

*Mercado Municipal
em construção, 1929.
Administração José
Pires do Rio.
Fundo: PMSP.
Acervo AHM.*



ESCRIP. "RAMOS DE AZEVEDO"

Mercado Municipal

S. Paulo 20/9/29 No. 1912

Quadro geral

FUNDOS	VOLUMES	CAIXAS	OUTROS**	DATAS
Câmara Municipal de São Paulo - CMSP	2.933	47		1555-1909 1967-1983
Intendências Municipais	100	8		1890-1898
Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP	2.542	3.178	11 álbuns fotográficos 4676 fotografias 152 discos do Projeto Cultura na Cidade	1898-1921 (documentação textual)
Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - IV CCSP	455	398		1951-1967
Serviço Funerário Municipal	613	-		1858-1977 c/f
Instituto de Previdência Municipal-IPREM	132	36		1909-1971 c/f
Santo Amaro	692	69		1832-1935
Light Cia Telefônica Cia de Gás Dir. Serviço de Trânsito	538	-		1935-1967 c/f
Fundos Particulares	13	49	6 álbuns fotográficos 453 fotografias	
TOTAL	8.018	3.785		

Legenda
c/f-com falhas

DESCRIÇÃO	TOTAL	MICROFORMAS
Coleção Sara Brasil 1: 1.000/1: 5.000/1: 20.000	142	138
Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo -PMSP	5.054	1.843
Fundo IV CENTENÁRIO	2.782	-
FUNDO SEVERO & VILLARES *	1.819	1819
TOTAL	9.797	3800

Mapas / Plantas / Desenhos

Observação

* A Divisão do Arquivo Histórico Municipal possui em seu acervo um valioso conjunto de plantas técnicas, desenhos de fachadas e detalhes construtivos de alguns dos principais edifícios projetados e executados pelo escritório Técnico Ramos de Azevedo. Esse conjunto foi doado ao Arquivo Histórico pela Severo & Villares S/A, sucessora do escritório anterior.

Mapas/Plantas/Desenhos
Microfilmados

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Água e esgoto	38
Arruamento	108
Bairros de São Paulo	49
Capitania de São Paulo	1
Coleção Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais	39
Coleção Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo	210
Coleção Sara Brasil 1: 1.000 (Societá Anonima Rilevamenti Aerofotogrametria)	57
Coleção Sara Brasil 1: 5.000	41
Coleção Sara Brasil 1: 20.000	5
Correios e Telégrafos	123
Desapropriação de casas e terrenos	35
Edifícios	16
Escola Caetano de Campos	24
Escola Politécnica	64
Estádio Municipal do Pacaembu	546
Estado de São Paulo	23
Estradas	6
Ferrovias	42
Limite São Paulo/São Bernardo	2
Logradouros diversos	16
Matadouros	6
Mercado Municipal da Cantareira	211
Mercados diversos	15
Município de São Paulo	57
Outros Municípios	16
Palácio das Indústrias	138
Pontes e pontilhões	16
Projetos e linhas de bondes	57
Província de São Paulo	1
Rodovias	1
Secretaria da Agricultura (atual Justiça)	9
Serviços públicos diversos	8
Teatro Municipal	704
Terrenos municipais	10
Terrenos particulares	62